

Começo por agradecer ao deputado Mendes Bota, Presidente da Comissão para a Ética, Cidadania e Comunicação, que aceitou prontamente o repto que lhe lancei desta Câmara para a realização deste debate. E pedir-lhe, em nome do interesse público, que esta ilustre Assembleia tem por missão defender, que, já que não parece possível atrasar a implantação da TDT, pugne por duas coisas: uma rápida reparação dos prejuízos já causados às populações e a travagem dos danos futuros; e, segundo, mas não menos importante, que promova um debate nacional sobre as medidas a tomar relativamente ao futuro da RTP (cujo papel deveria ter sido reforçado, como veremos, na implementação da TDT), medidas ^{contrárias} que estão rodeadas de secretismo, nebulosidade e confusão relativamente aos objectivos e às intenções, e cujas consequências podem ter efeitos desastrosos a nível cívico, cultural e económico.

Sobre este debate, creio representar a maioria dos portugueses se disser que há hoje a percepção clara de que a introdução da TDT foi um processo mal estudado e mal conduzido.

As responsabilidades vêm de governos anteriores, mas este nada fez para o melhorar ou corrigir. Pelo contrário, anunciou medidas que, como disse, fragilizam a RTP, que poderia e deveria ser, neste momento, o grande impulsionador ^{da} TDT, como tem sido noutros países.

A ANACOM também não está isenta de críticas, na medida em que se remeteu a um papel de competência técnica, limitando-se assegurar a implementação de um sistema decidido politicamente. A verdade é que não impulsionou verdadeiramente o debate, não monitorizou nem fiscalizou devida e atempadamente a sua implantação, favoreceu a PT ao aceitar a desistência do concurso para a gestão dos multiplexers B a F e devolveu mesmo o sinal/caução (€ 2.500 milhões), ao contrário do parecer da ERC e do que mandam as boas regras.

O problema da TDT é complexo, mas por isso mesmo exemplar do desfuncionamento das ^{políticas} políticas que deviam exigir coordenação e uma clara preocupação com o interesse público, a gestão dos interesses legítimos e a ^{sã} concorrência. É um problema que lida com várias componentes e, por isso, com várias tutelas: MAAP, SEC, M.Economia, etc.

Há quatro aspectos na questão da TDT e, portanto, quatro abordagens possíveis: cívica, cultural (que diz respeito às oportunidades dos criadores), económica e tecnológica, que se devem complementar e conciliar e não combater. Neste caso, a mim, que não sou economista nem especialista em tecnologia digital, o que me interessa é o ponto de vista do cidadão e do criador. Tendo em conta, evidentemente, as possibilidades e as limitações económicas e tecnológicas.

Do ponto de vista cívico, é óbvio (e não vale a pena tapar o sol com uma peneira), que as populações mais carenciadas estão a ser gravemente prejudicadas (além dos custos sem contrapartidas, as zonas de sombra, em cujos sobre-custos a PT devia participar inequivocamente, os abusos, o conflito de interesses com a MÉO, a falsa publicidade, os ataques ao ambiente, etc), como é óbvia a falta de informação clara em detrimento da propaganda e da publicidade enganosa, em que a ANACOM tem igualmente responsabilidades.

Do ponto de vista cívico, foi também uma oportunidade perdida de dar aos portugueses mais canais gratuitos, papel esse que devia caber prioritariamente à RTP, e oportunidade que foi frustrada pelo governo anterior com a solução peregrina de abrir concurso para um novo canal e um canal HD, com contornos absurdos, e que falhou, quando era a principal razão pela adopção da norma MPeg4. (3)

É evidente que a oferta de mais canais gratuitos poderia colidir com os interesses dos operadores de canais por assinatura, mas compete ao Estado e ao regulador, assegurar o interesse público, tendo em vista a necessária harmonização dos vários interesses em jogo (incluindo os emergentes, resultantes dos avanços tecnológicos: libertação de espectro para maior variedade de oferta de canais e para novas utilizações) e não apenas, numa visão imobilista, proteger os interesses instalados.

O Estado, tendo em vista o que arrecadou com o leilão das frequências (cerca de €230 milhões), deveria ter investido na TDT (através da multiplicação da oferta de canais pela RTP: Informação, Memória, infanto-juvenil e conhecimento, previstos no CC, mesmo um canal Lusófono de Informação e Cultura, veículo ideal para a implementação de uma política da lusofonia, por exemplo, e outros), e devia ter aproveitado para impor obrigações aos três operadores, de investimento de uma parcela ínfima do volume de negócios para a criação de em novos moldes do Fundo de apoio a uma indústria de conteúdos digitais (para o qual canalizaria também verbas do QREN, por exemplo).

Em vez disso, anuncia-se a privatização de um canal generalista da RTP (ao arrepio do que se passa na EU), sem se saber o que se vai vender, as consequências sobre o canal remanescente nem as obrigações nacionais e internacionais do SP, sem se acautelar os efeitos desastrosos sobre os actuais operadores e a generalidade da comunicação social.

Termino como comecei: se há um sector onde a interligação entre vários sectores da governação se impõe é no caso da TDT, que veio abrir também novas oportunidades de produção e difusão ao audiovisual e tornar evidente a necessidade de uma política integrada, que há anos venho a defender, entre o Cinema, o Audiovisual e as Telecomunicações.

Neste momento, o sector do cinema vive numa angústia legítima: travagem dos contratos resultantes dos concursos aprovados no ICA, em 2010 e 2011, travagem dos novos concursos, atrazo na apresentação da nova Lei, paragem prolongada do FICA por incumprimento dos participantes, risco de falência das TVs privadas por efeito da perda de publicidade e do anúncio da privatização de um canal da RTP, quando se sabe que estas são, através dos 4% sobre as receitas publicitárias, o financiador do cinema, rumor alarmante sobre o fim do apoio da RTP ao cinema, etc.

Por tudo isto, faço daqui um apelo ao senhor deputado Mendes Bota: além das medidas que propus para a TDT, ajude-nos a travar o processo de privatização de um canal da RTP (quando em Espanha, por exemplo, a crise económica leva os operadores privados a fazerem fusões entre si), cujos efeitos, como tentei demonstrar, podem comprometer o desenvolvimento da TDT.

Proponha um debate nacional, a começar pela AR, sobre os efeitos conjugados dos problemas levantados pela péssima gestão do dossier TDT com o precário e problemático futuro da RTP, que deveria ser o principal agente das políticas centradas sobre o interesse dos cidadãos no acesso a melhor informação, educação, cultura e entretenimento.

Termino com um apelo às nossas responsabilidades – e os nossos interesses - no domínio da lusofonia. Cito um artigo de Manuel Maria Carrilho, em que ele nos lembra que somos “um país periférico que tem a chance de ter uma língua falada por um número 25 vezes superior ao da sua população”. O papel dos políticos que nos representam, aqui nesta Assembleia, em Belém e no governo, como o dos reguladores e dos juizes é de defender o interesse público acima dos interesses privados, que só são legítimos quando respeitam as leis e as regras da concorrência e contribuem para a riqueza, o desenvolvimento do país, a multiplicação e o alargamento das oportunidades e o aumento e a melhoria das escolhas dos cidadãos. É isso que se espera deles e é isso que, no caso da TDT, não está a acontecer.

Obrigado.

TELEVISÃO NA EUROPA

**NÚMERO DE CANAIS DISTRIBUIDOS UNIVERSALMENTE
VIA TERRESTRE /TDT/REGIONAIS**

Tipo	Canais Públicos	Canais Privados	Canais em TDT *
ALBÂNIA	1	3	39
ALEMANHA	11	22	53
ÁUSTRIA	3	4	18
BÉLGICA	8	0(1)	8
BULGÁRIA	1	4	0**
CHIPRE	3	6	6
CROÁCIA	2	3	6
DINAMARCA	15	1	39
ESLOVÁQUIA	3	4	7
ESLOVÉNIA	3	4	13
ESPAÑA	6	29	48
ESTÓNIA	2	5	44
FINLÂNDIA	4	20	34
FRANÇA	10	24	33
GRÉCIA	7	8	12
HOLANDA	3	8	26
HUNGRIA	5	6	19
IRLANDA	3	1	0**
ISLÂNDIA	2	9	0**
ITÁLIA	14	89	70
LETÓNIA	2	6	49
LITUÂNIA	2	11	44
LUXEMBURGO	1	10	11
MACEDÓNIA	3	5	0**
MALTA	2	12	66
NORUEGA	4	8	24
POLÓNIA	3	4	8
PORTUGAL	2	2	4
REINO UNIDO	22	68	59
REP. CHECA	4	10	14
ROMÉNIA	2	2	0**
RÚSSIA	6	9	0**
SUÉCIA	4	16	41
SUIÇA	5	0	12
TURQUIA	6	20	0**

Fonte: OBSERVATÓRIO EUROPEU DO AUDIOVISUAL - RELATÓRIO 2010

* Número inclui totalidade de canais pagos e livres

** TDT em fase experimental, desenvolvimento ou atrasada (Irlanda)

(1) - Canais privados a operar na Bélgica têm origem noutros países

Notas: Apenas a Albânia, Bulgária e Luxemburgo tem um canal de serviço público em 36 países analisados

Portugal é o país em toda a Europa com menos canais na Plataforma TDT.

))))

